

Código de Conduta e Ética
da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC

CAPÍTULO I

Introdução

1.1 A ética é o ideal de conduta humana desenvolvido de acordo com os mais elevados padrões da civilização para orientar o ser humano no seu comportamento individual e na convivência com seus semelhantes e a sociedade em geral em busca do bem comum através da prática da igualdade, da liberdade, da democracia, da justiça e do exercício da cidadania.

1.2 Para que isto seja alcançado, deve-se procurar o aperfeiçoamento da conduta ética não apenas estabelecendo regras de comportamento mas, principalmente, pela crença e o comprometimento de todos os integrantes da Fundação com os valores maiores do respeito a si próprios e aos outros, bem como ao zelo pelos seus direitos e patrimônio. Assim fazendo, a Fundação Codesc de Seguridade Social demonstra transparência na forma de conduzir os misteres que lhe estão afetos, buscando cumprir sua elevada missão institucional por meio de um comportamento ético e responsável.

CAPÍTULO II

Abrangência

2.1 O presente Código de Conduta e Ética da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC é autoaplicável aos integrantes dos Órgãos Estatutários e não estatutários, Empregados e prestadores de serviços terceirizados que atuam no âmbito da Fundação.



CAPÍTULO III

Princípios Gerais

3.1 A conduta da Fundação depende do desempenho de todos os que nela atuam de acordo com os fins e objetivos das entidades fechadas de previdência complementar autorizadas a funcionar no País, por meio da melhor aplicação dos recursos materiais e imateriais de que dispõe, visando à melhoria contínua do seu desempenho de modo a garantir e fazer cumprir os direitos de seus Participantes, Assistidos e respectivos Dependentes.

3.2 Para tanto, a Fundação deve conduzir suas atividades com honestidade, dignidade, respeito, lealdade, decoro, zelo, eficácia e consciência ética, repudiando qualquer atitude guiada por preconceitos relacionados com a origem, raça, religião, situação social, sexo, idade, condição física e todas as demais formas de discriminação.

3.3 Os negócios e operações da Fundação devem ser geridos com vistas ao fortalecimento quantitativo e qualitativo do seu patrimônio que é a fonte dos recursos financeiros indispensáveis ao cumprimento de seus planos de benefícios, orientando-se com absoluta fidelidade à legislação, ao Estatuto Social, aos Regulamentos dos Planos de Benefícios e demais atos normativos.

3.4 A Fundação repudia assédio de qualquer natureza, bem como práticas ilícitas, como suborno, extorsão, corrupção, propina, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, em todas as suas formas, incluindo aquelas com a finalidade de influenciar a ação de funcionário de governo brasileiro ou estrangeiro para obtenção de vantagens impróprias.

3.5 A Fundação mantém canais aptos a recepcionar e processar dúvidas, denúncias, reclamações e sugestões afetos a este Código de Conduta e Ética, por intermédio do e-mail comitedeetica@fusesc.com.br, do sítio eletrônico da Fundação (www.fusesc.com.br), da *intranet* (intranet.net.fusesc.com.br) e dos demais meios institucionais da Fundação, bem como garante o anonimato, quando solicitado.

3.6 No que tange ao uso dos recursos da Fundação é obrigatório:

a) assegurar a adoção de boas práticas em todo e qualquer relacionamento comercial com terceiros;



- b) posicionar-se contra o início ou a manutenção de relações negociais com terceiros que lhe tenham oferecido ou tentado oferecer benefícios injustificados, ou com relação aos quais exista fundada suspeita de que isso tenha ocorrido;
- c) posicionar-se contra o início ou a manutenção de relações negociais com terceiros, cujas condutas sejam incompatíveis com os princípios éticos da Fundação;
- d) assegurar, na medida de suas possibilidades, que nenhuma espécie de benefício injustificado seja recebido de terceiros por Conselheiro, Diretor, Empregado ou contratado da Entidade;
- e) agir sempre com lealdade, respeito e imparcialidade perante terceiros que tenham ou tencionem ter relações negociais com a Fundação;
- f) monitorar e identificar potenciais violações às boas práticas negociais envolvendo outros Conselheiros, Diretores, Empregados ou contratados;
- g) não promover doações e patrocínios de qualquer natureza.

CAPÍTULO IV

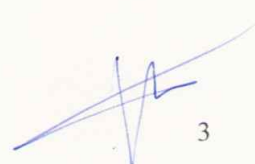
Relações Internas

4.1 O respeito recíproco deve ser aplicado nas relações de trabalho com atitudes pautadas pelo profissionalismo, cordialidade, boa vontade, espírito de equipe, lealdade, confiança, assiduidade, manutenção de ordem no local, apresentação adequada, mediante atuação compatível com os valores e os princípios éticos da Fundação.

4.2 Os abrangidos por este Código observarão uns com os outros os princípios da cortesia e da urbanidade, aplicando disposição, atenção e espírito de colaboração no relacionamento recíproco, procurando auxiliarem-se diligentemente para vencer eventuais dificuldades que possam surgir na compreensão das questões que estiverem em pauta e a todos respeitando na busca de soluções, sem qualquer preconceito ou prevenção.

CAPÍTULO V

Relações com os Participantes e Assistidos



5.1 A Fundação deve oferecer aos Participantes, Assistidos e respectivos Dependentes um alto padrão de atendimento, com atenção, cortesia e respeito aos seus direitos, buscando soluções que atendam aos seus legítimos interesses, observando tempestividade, eficiência, eficácia e efetividade.

5.2 Todas as informações deverão ser prestadas com lealdade, veracidade e presteza, sem que seja dado tratamento preferencial a qualquer pessoa por interesse ou sentimento pessoal.

CAPÍTULO VI

Relações com as Patrocinadoras

6.1 O relacionamento da Fundação com as Patrocinadoras caracteriza-se pela colaboração, consideração, parceria e respeito mútuos, sempre em consonância com os objetivos da Fundação e com os direitos dos Participantes, Assistidos e respectivos Dependentes.

6.2 A relação deve basear-se na comunicação precisa, clara e segura de informações que lhes permitam acompanhar as atividades e o desenvolvimento da Fundação, bem como o cumprimento de seus objetivos e o respeito aos direitos dos seus membros.

CAPÍTULO VII

Relações com os Órgãos Reguladores e Fiscalizadores Oficiais

7.1 Nas relações com os órgãos reguladores e fiscalizadores oficiais a Fundação manterá elevado padrão de atendimento, fornecendo com presteza e objetividade as informações e documentos que lhe forem solicitados e observando perante estes a regularidade da rotina no cumprimento de suas obrigações legais, estatutárias e regulamentares.



7.2 Ao defender perante quaisquer órgãos seus direitos e interesses, a Fundação atuará de acordo com suas convicções na interpretação e aplicação das normas vigentes, agindo com firmeza, lealdade e boa-fé.

CAPÍTULO VIII

Relações com Fornecedores

8.1 A escolha e contratação de fornecedores e prestadores de serviços deverão respeitar critérios técnicos, profissionais e éticos, assim como o princípio da impessoalidade, garantindo-se sempre a melhor relação jurídico econômica e de custo-benefício para a Fundação.

8.2 A Fundação adota, de forma imparcial e transparente, critérios de seleção, contratação e avaliação que permitam pluralidade e concorrência entre fornecedores, que confirmem a idoneidade das empresas e que zelem pela qualidade e melhor preço dos produtos e serviços contratados.

8.3 Não serão relacionados negócios com fornecedores e prestadores de serviços de reputação duvidosa. A Fundação exige, no relacionamento com fornecedores, o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como a não utilização de trabalho infantil ou escravo e a adoção de boas práticas de preservação ambiental, resguardadas as limitações legais.

8.4 A Fundação exige dos fornecedores de serviços que sejam orientados a respeitar as diretrizes deste Código de Conduta e Ética.

8.5 O disposto neste item aplica-se também às instituições financeiras que prestam serviços à Fundação ou das quais seja ela cliente.

CAPÍTULO IX

Responsabilidade Social

9.1 No exercício de sua responsabilidade social e sem prejuízo da otimização da rentabilidade de seu patrimônio, a Fundação procurará aplicar suas participações, além dos demais setores, em

**FUSESC**FUNDAÇÃO CODESC
DE SEGURIDADE SOCIAL*Valores que geram valores*Rua Dom Jaime Câmara, 217
CEP 88015-120 - Centro - Florianópolis - SC
Fone: (48) 3251-9333 - Fax: (48) 3224-7634
Central de Atendimento: 0800 48 3000 (ligação gratuita)
central@fusesc.com.br - www.fusesc.com.br

projetos capazes de promover a geração de empregos diretos e indiretos e nos voltados para a valorização da pessoa humana, do meio ambiente e do bem comum.

CAPÍTULO X

Deveres Essenciais

10.1 Em conformidade com suas atribuições é obrigação dos sujeitos a este Código:

- a) observar o mesmo cuidado e diligência que um homem probo emprega na administração dos negócios próprios, aplicando talento e conhecimento em proveito do desenvolvimento e fortalecimento da Fundação;
- b) observar a função social da Fundação, atuando segundo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e razoabilidade;
- c) contribuir para o permanente equilíbrio econômico, financeiro e atuarial da Fundação;
- d) agir com urbanidade, atenção e presteza no trato com as demais pessoas, respeitando e valorizando o ser humano em sua privacidade, individualidade e dignidade;
- e) manter, no que couber, o sigilo das informações relativas aos negócios da Fundação;
- f) apoiar e incentivar a participação apenas em projetos que atendam aos fins da Fundação;
- g) exercer as prerrogativas funcionais, observando os limites legais e estatutários;
- h) assegurar boas práticas negociais com terceiros;
- i) estar preparado e capacitado para discutir os assuntos de interesse da Fundação;
- j) obedecer às políticas, normas e procedimentos vigentes na Fundação;
- k) estimular ambiente de padrão ético, de controle interno e atendimento integral à legislação;
- l) considerar, na aplicação das sanções, a gravidade do ato ou da omissão, a boa-fé do agente, a vantagem auferida ou pretendida e o grau de lesão à Fundação; e
- m) prezar pela segregação de funções e definir claramente papéis e responsabilidades de forma a minimizar a possibilidade de ocorrência de conflitos de interesses.



FUSESC

FUNDAÇÃO CODESC
DE SEGURIDADE SOCIAL

Valores que geram valores

Rua Dom Jaime Câmara, 217
CEP 88015-120 - Centro - Florianópolis - SC
Fone: (48) 3251-9333 - Fax: (48) 3224-7634
Central de Atendimento: 0800 48 3000 (ligação gratuita)
central@fusesc.com.br - www.fusesc.com.br

CAPÍTULO XI

Vedações

11.1 Em conformidade com suas atribuições é vedado aos sujeitos a este Código:

- a) exercer função, poder ou autoridade com outra finalidade que não seja o interesse da Fundação;
- b) adquirir, para si ou para outrem, com o objetivo de obter vantagem, bem ou direito que saiba ser de interesse da Fundação;
- c) pleitear ou aceitar vantagem de qualquer pessoa que tenha interesse ou possa ser afetado direta ou indiretamente por decisões da Fundação;
- d) valer-se de posição hierárquica superior ou cargo para invadir privacidade de outrem nas relações de trabalho, quer por gestos e comentários, quer por atitudes e propostas que, implícita ou explicitamente, gerem constrangimento ou desrespeito à individualidade de outrem;
- e) ser conivente com atos que estejam em desacordo com as normas internas da Fundação e legislação vigente na área de sua atuação;
- f) praticar atos ou tomar parte de decisões em situações de conflito de interesses com a Fundação;
- g) omitir ou falsear a verdade;
- h) obter vantagem indevida em proveito próprio ou de outrem das oportunidades surgidas em decorrência do exercício de suas atividades;
- i) omitir-se no exercício ou proteção dos direitos da Fundação;
- j) desviar Empregado ou contratado da Fundação para atender a interesses particulares;
- k) adquirir, direta ou indiretamente, por si ou por pessoas que lhe sejam relacionadas, direitos sobre, ou negociar sob qualquer forma, valores mobiliários e seus derivativos relativos às pessoas jurídicas nas quais a Fundação aplique ou venha a aplicar o seu patrimônio, respeitados os prazos previstos na legislação aplicável;
- l) Manifestar-se em nome ou por conta da Fundação por qualquer forma ou meio de comunicação sobre assuntos relacionados à Fundação, salvo se em razão de sua competência funcional e desde

que previamente autorizado pelo órgão da Fundação a que estiver subordinado ou do qual fizer parte integrante.

CAPÍTULO XII

Conflito de Interesses

12.1 Os integrantes do quadro funcional avaliarão criteriosamente situações que possam caracterizar conflito entre interesses pessoais e os da Fundação, evitando intervir em qualquer operação em que tiver interesse conflitante com o dela, caso em que deverão cientificar desse impedimento seus superiores, expondo-lhes a natureza e a extensão do seu interesse.

CAPÍTULO XIII

Responsabilidade Administrativa

13.1 Os sujeitos a este Código serão responsabilizados por ações e omissões no exercício de seu cargo ou função que impliquem violação a este Código.

13.2 Caberá ao Comitê elaborar relatório circunstanciado que será submetido à apreciação da Diretoria Executiva, em caso de infração de Empregado, ou pelo Conselho Deliberativo, em se tratando de membro de Órgãos Estatutários, não estatutários e prestadores de serviços.

CAPÍTULO XIV

Comitê de Conduta e Ética

14.1 O Comitê será constituído por 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes, sendo:

- a) 1 (um) titular e respectivo suplente eleitos pelos Empregados da Fundação;
- b) 1 (um) titular e respectivo suplente escolhidos pelo Conselho Deliberativo;

c) 1 (um) titular e respectivo suplente escolhidos pela Diretoria Executiva.

14.2 Todos os membros, titulares e suplentes, serão destacados dentre Empregados em atividade no corpo funcional da Fundação que não tenham sofrido penalidades por infração ética nos últimos 05 (cinco) anos.

14.3 O mandato dos membros do Comitê é coincidente, com prazo de duração de 02 (dois) anos, sendo admitida uma recondução.

14.4 A rescisão contratual, afastamento por motivo de saúde, cursos, ou qualquer outro motivo que implique inclusive na suspensão do contrato de trabalho ou análogos, caracteriza evento autoaplicável que implica na destituição do membro no Comitê de Ética.

14.5 O Comitê terá um Presidente, que será o representante indicado pelo Conselho Deliberativo da Fundação. Na sua ausência o próprio Comitê elegerá dentre os presentes na reunião o membro que irá presidi-la.

14.6 Vagando-se um cargo de membro efetivo do Comitê, ou em caso de impedimento e suspeição, em seu lugar assumirá o respectivo suplente.

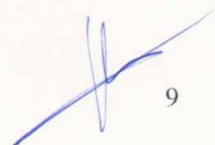
14.7 É vedado ao integrante do Comitê exercer as suas funções ou mesmo tomar conhecimento dos fatos até a finalização da apuração prevista no inciso II do item 14.8 quando for parte, cônjuge ou parente, até o terceiro grau consanguíneo ou segundo grau por afinidade.

14.8 Compete ao Comitê:

I – orientar e aconselhar sobre o cumprimento deste Código os membros do quadro funcional, os Participantes e Assistidos da Fundação, bem como seus respectivos Dependentes, respondendo às consultas em tese e expedindo circular interna com ementa da resposta à consulta;

II – apurar, de ofício ou mediante representação de interessados, supostas violações cometidas contra este Código, apresentando o relatório circunstanciado e seu parecer conclusivo, em envelope lacrado, sob protocolo na Secretaria Geral, destinado a alçada que caberá a aplicação das eventuais sanções;

III – elaborar projeto de seu Regimento Interno e de suas alterações, submetendo-o à aprovação do Conselho Deliberativo, sem prejuízo de alterações que tenham a iniciativa do próprio Conselho Deliberativo;



**FUSESC**FUNDAÇÃO CODESC
DE SEGURIDADE SOCIAL*Valores que geram valores*Rua Dom Jaime Câmara, 217
CEP 88015-120 - Centro - Florianópolis - SC
Fone: (48) 3251-9333 - Fax: (48) 3224-7634
Central de Atendimento: 0800 48 3000 (ligação gratuita)
central@fusesc.com.br - www.fusesc.com.br

IV – propor ao Conselho Deliberativo a atualização das normas deste Código, sem prejuízo de atualizações que tenham a iniciativa do próprio Conselho Deliberativo;

14.9 É assegurada a confidencialidade e sigilo dos fatos reportados ao Comitê.

CAPÍTULO XV

Sanções

15.1 O Comitê poderá propor sanções de acordo com a gravidade das infrações, apresentando-as como recomendação de conduta ao órgão decisório competente na forma deste Código.

15.2 Na aplicação das sanções serão levados em consideração:

I – a gravidade da infração;

II – a boa-fé do infrator;

III – a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;

IV – o grau de lesão à Fundação, aos planos de benefícios e aos Participantes e Assistidos;

V – as reincidências e respectivas periodicidades.

15.3 Independentemente da sanção, os sancionados poderão responder, cumulativamente, pelas infrações cometidas nos planos administrativo, civil e penal, nos termos da legislação aplicável.

CAPÍTULO XVI

Consultas

16.1 As dúvidas relacionadas com a interpretação ou com a aplicação das disposições deste Código, assim como com situações não expressamente nele previstas poderão ser objeto de consulta ao Comitê, sujeita a recurso ao Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO XVII

Alterações

17.1 A alteração deste Código compete ao Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO XVIII

Disposições Finais e Transitórias

18.1 Os conceitos e disposições deste Código poderão ser revistos de modo a que se mantenham atualizados, sob aprovação do Conselho Deliberativo.

18.2 O presente Código será divulgado nos meios corporativos da Fundação.

18.3 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo.

18.4 O presente Código entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Florianópolis, 13 de abril de 2018.



Carlos Eduardo Pitz

Presidente do Conselho Deliberativo